



## RESOLUÇÃO

A CGTP-IN e a Coordenadora das Comissões de Trabalhadores rejeitam e combatem a privatização de 17 empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE) prevista no PEC e no "Plano de Austeridade", bem como o encerramento de Serviços Públicos e o ataque à Administração Pública.

A concretizarem-se tais intenções, o país estaria confrontado com o aprofundamento de uma política cujos resultados são hoje mais do que evidentes – perda de instrumentos para realizar uma política económica ao serviço do país; perda de recursos financeiros; crescente dependência face ao capital nacional e transnacional; degradação de direitos das populações; degradação das condições de trabalho; agravamento das desigualdades sociais.

As privatizações foram apresentadas como fundamentais para a redução da dívida pública do país e elemento central para o saneamento financeiro das contas do Estado. Passados 19 anos sobre os primeiros processos de privatização, Portugal passou de uma dívida de 57,8% do PIB para 76,8%, ao mesmo tempo que o défice orçamental passou de 4,5% (em 1990) para 9,4% do PIB.

O passado recente de evolução económica e social do país, em que o processo de redução do papel do Estado na economia é uma marca incontornável, demonstra o carácter da opção presente no PEC. Nos processos de privatização, à semelhança daquele que agora se pretende encetar, são os grandes grupos económicos e financeiros os grandes beneficiados. Só estes grupos têm capacidade para controlar as empresas privatizadas. A estes se dirige a venda do património do Estado, onde o grande capital é o único cliente deste negócio.

O Governo PS e o PSD querem fazer "tábua rasa" dos efeitos de duas décadas de privatizações e das suas nefastas consequências para as populações e o país.

O objectivo agora é, no sector energético, levar a cabo operações de privatização na Galp Energia, SGPS, na EDP e na REN.

No sector naval e das indústrias de defesa, PS e PSD querem promover a abertura a capitais privados dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e à alienação das participações públicas nas empresas do núcleo tecnológico da área da Defesa controlado através da Empordef e da Edisoft.

Nos transportes, é a privatização da ANA no quadro da construção, financiamento e exploração do novo aeroporto de Lisboa. Paralelamente tencionam abrir o capital da TAP, "mediante a entrada de um parceiro estratégico". Na sequência da progressiva e desastrosa liberalização do sector de transporte ferroviário, querem proceder à privatização do transporte de mercadorias e à reestruturação da exploração das actividades de transporte de passageiros suburbano, de longo curso, bem como de fabrico e manutenção de material circulante.

No domínio financeiro, querem reprivatizar da totalidade do capital do BPN, depois de socializados os prejuízos, e de parte do universo segurador do Grupo CGD.

No sector das comunicações querem proceder à abertura do capital dos CTT à iniciativa privada e no sector do papel promover à alienação da participação na INAPA.

Com tais intenções, quem perde é o país, os trabalhadores e as populações.

Perde o país, instrumentos para efectivar uma política ao serviço do interesse nacional, de que a decisão do Tribunal de Justiça Europeu em relação à posição do Estado na PT (prontamente acatada pelo Governo) é só mais um exemplo, ficando em risco o preceito Constitucional de subordinação do interesse económico ao interesse político e perde financeiramente – se tomarmos como exemplo os lucros da EDP e REN (empresas divididas após privatização da EDP), dado que contabilizando os anos da governação PS\ Sócrates, se constata que estes ultrapassam os 6 000 milhões de euros, valor que o Estado prevê arrecadar com o total de 17 privatizações e uma concessão.

Perdem os trabalhadores, que vêem os seus os salários e direitos contratuais sujeitos a uma evolução presa à lógica do lucro e da rentabilização accionista das empresas privatizadas e os empregos a desaparecer (15 anos de EDP privada, significaram menos 9.500 postos de trabalho).

Perdem as populações que pagam mais, por piores serviços, como fica patente com a privatização da GALP e consequente liberalização dos preços, da energia ficou mais cara com a privatização e desmembramento da EDP, das comunicações que não estão mais acessíveis com uma PT privada, dos transportes, menos abrangentes e mais caros, do sector financeiro nas mãos do grande capital, ou sujeitos à sua lógica de gestão, que não disponibiliza mais dinheiro, ou em melhores condições às famílias.

Por estes motivos a CGTP-IN e as CT's consideram que o plano de privatizações não só não tem em conta os efeitos para os trabalhadores, para as populações e para o serviço público, como delapida património que é de todos, enfraquece funções sociais e desbarata o esforço orçamental. O plano de privatizações é irresponsável e não defende o interesse nacional.

Para o PS, PSD e CDS-PP, não basta o ataque ao Sector Empresarial do Estado, e dão as mãos numa política de enfraquecimento dos Serviços Públicos.

Impondo o congelamento de salários e de admissões, degradam as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores da Administração Pública e condicionam o direito à saúde, à educação, à protecção social, entre muitos outros, que, não fosse a luta dos trabalhadores e das populações, estariam ainda mais hipotecados.

As intenções de fechar escolas e serviços de saúde, de impor condições mais restritivas para aceder a apoios sociais, e o congelamento das prestações não contributivas, são exemplos de uma política que penaliza a esmagadora maioria da população, ao mesmo tempo que abre a porta a novos "negócios" para o grande capital, como fica patente na saúde, ou na gula pelo "negócio" das pensões.

Para a CGTP-IN e as CT's é necessário um SEE e uma A. Pública fortes para a realização de uma política de desenvolvimento e de salvaguarda do serviço público, enquanto elementos indissociáveis do bem estar das populações e da coesão social.

Neste contexto, os dirigentes, delegados sindicais e membros das CT's presentes nesta Tribuna Pública, decidem:

1. Promover o lançamento de uma Petição, a nível nacional, contra as privatizações e o ataque à Administração Pública; pelo reforço da intervenção do Estado nos sectores e empresas estratégicas para o desenvolvimento do país. Esta Petição será entregue na Assembleia da República na primeira quinzena de Novembro.
2. Realizar, nos próximos meses, uma ampla **campanha de esclarecimento e mobilização** dos trabalhadores e da opinião pública, em todos os Distritos, com exposições, debates e apresentação de propostas concretas para dar resposta aos problemas mais sentidos pelas populações.
3. Organizar, no mês de Novembro, um Encontro Nacional para discutir e decidir sobre as medidas a tomar no futuro.

É POSSÍVEL MUDAR DE RUMO COM A LUTA DE QUEM TRABALHA!  
COM ESPERANÇA, DETERMINAÇÃO E CONFIANÇA JUNTOS VAMOS DERROTAR ESTAS POLÍTICAS!

CGTP-IN  
CIL

Lisboa, 15-07-2010